

VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS CAUSA CONTROVÉRSIA

A PUC-SP anunciou uma volta parcial às aulas presenciais ainda este mês, restrita às atividades laboratoriais localizadas principalmente nos cursos ligados às áreas de saúde. No site da PUC-SP está publicada uma cartilha com os protocolos que deverão reger essa volta. Entre eles aferição de temperatura, uso obrigatório de máscaras, controle de entrada, utilização de álcool em gel. O documento enfatiza que "a Instituição preparou novos layouts nas salas de aula, visando garantir o distanciamento mínimo recomendado" e que "o funcionamento de laboratórios ocorrerá apenas para pesquisa ou para aulas práticas. Neste caso, deve ser utilizado equipamentos de proteção extra, como luvas e máscaras específicas".

O documento, porém, não cita possíveis encaminhamentos para professores, alunos ou funcionários que se sintam impossibilitados de frequentar os campi por estarem incluídos nos grupos de risco.

As entidades de classe dos docentes estão travando uma árdua luta com a Justiça visando barrar a volta às aulas no Estado enquanto não houver completa segurança diante do coronavírus. A ação dos sindicatos foi deferida num primeiro momento, porém as mantenedoras conseguiram uma liminar que suspende temporariamente os efeitos da decisão. Novamente os sindicatos e federações de professores pediram o indeferimento da liminar das mantenedoras por entenderem que embora a presença dos estudantes não seja obrigatória, por outro lado a presença dos docentes e auxiliares de administração é obrigatória, não levando em conta possíveis inserções destes profissionais em grupos de risco. Os sindicatos defendem que a volta só

poderá acontecer quando houver completa segurança diante do coronavírus.

POSSÍVEIS DANOS

Mais uma vez o catastrofismo do capital se manifesta, a OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o clube dos países ricos, divulgou uma pesquisa onde afirma que "a suspensão das atividades escolares provocada pela pandemia do novo coronavírus deve causar impactos na economia mundial que podem

durar até o final do século e pode levar a uma perda ao longo deste período de, na média, 1,5% na economia global". Mais uma vez a pesquisa revela facetas meramente economicistas da questão, esquecendo-se de "pequenos detalhes" como a vida das pessoas que voltarão à atividade e aqueles que estarão expostos ao contato com a doença. Uma postura por demais conhecida dos brasileiros que viram na irresponsabilidade

Continua na página seguinte

ASSEMBLEIA DA AFAPUC

ON-LINE

INFORMES E REFORMA DO ESTATUTO DA AFAPUC

15/09, ÀS 16H



OS ASSOCIADOS RECEBERÃO EM SEU E-MAIL DE CADASTRO JUNTO À AFAPUC O CONVITE DISPARADO PELA PLATAFORMA TEAMS



Continuação da página anterior

de Bolsonaro um dos principais fatores para a explosão de casos da doença.

Ouvida pelo **PUCviva** a professora Marina Feldmann do Pós em Educação: Currículo e ex- pró-reitora de graduação, afirmou não concordar que os danos para a educação de um possível adiamento da volta às aulas possam ser tão catastróficos. "Não se pode adotar um critério preponderantemente econômico quando se está lutando pela preservação da vida. O ensino não parou completamente, mas prosseguiu em termos remotos. As pessoas também aprendem fora da escola e a educação na volta da pandemia deve se resignificar desenvolvendo novas didáticas"

Autoridades sanitárias também têm alertado para o perigo de uma volta às aulas sem que a pandemia mostre sinais efetivos de controle no país.

A infectologista Juliana Salles, diretora do Sindicato dos Médicos de São Paulo e da CUT faz um alerta a todo país afirmando que volta às aulas somente com a vacina: " Eu como mãe, e sindicalista não mando meus filhos para a escola e vou lutar para que não tenha aulas presenciais no meio deste caos", disse a médica ao site da CUT.

A esperança de que teríamos uma vacina no início do próximo ano, como afirmou o general Mourão, foi parcialmente frustrada nesta semana, quando a vacina inglesa sofreu uma paralisação temporária em função de uma reação adversa em um dos testados.

A situação também coloca em evidência as desigualdades sociais do país, pois nem todas as escolas terão condições econômicas para cumprir os protocolos sanitários mínimos. Assim mais uma vez os moradores das periferias ficarão mais expostos à doença.

NA PUC-SP

A APROPUC já demonstrou à reitoria a sua preocupação de que uma volta ainda este ano poderá provocar entre os docentes. A grande quantidade de professores em zonas de risco poderia causar graves prejuízos à saúde da comunidade. Classes com número excessivo de alunos e laboratórios sem infraestrutura adequada constituem-se também em sérios entraves para a volta imediata.

Já os estudantes fizeram pesquisas entre seus colegas detectando a vontade, apesar de todas as dificuldades

educacionais, permanecerem com o ensino virtual até uma melhora efetiva da situação. O **PUCviva** pode apurar também que informalmente vários alunos têm conversado com professores demonstrando uma angústia frente à possibilidade de voltar à aulas ainda este ano. Vinicius Santos, estudante da PUC-SP e diretor de Universidades Privadas da União Estadual dos Estudantes de São Paulo é contra uma volta às aulas mesmo que parcial porque o vírus permanece ativo com uma grande taxa de mortalidade. Para o estudante " o Ensino a distância foi implantado no ensino médio mas se revela ineficaz pois nem todos os estudantes podem ter um acompanhamento adequado e a modalidade serve para dar uma aparência de normalidade durante a pandemia" Para ele mesmo carecendo de ambientes de pesquisa e laboratórios adequados o en-

sino superior deve continuar em quarentena pois a mera circulação das pessoas entre suas residência e a universidade coloca em risco as pessoas.

Os funcionários relatam problemas comuns à maioria dos brasileiros: a grande quantidade de idosos e pessoas em situação de risco entre os trabalhadores da PUC-SP, a dependência de transporte coletivo para locomoção aumentando o risco de contágio através do contato com o público em vários setores de atendimento. Os administrativos lembram ainda a ocorrência de mortes entre seus companheiros que tiveram como causa a Covid-19.

As associações da PUC-SP por várias vezes se manifestaram solicitando aos gestores um maior diálogo antes da tomada de decisões. Essa é uma questão crucial defendida também por sindicatos e movimentos sociais.

Funcionários do Santa Lucinda discutem acordo interno com a Fundasp

Os funcionários do Hospital Santa Lucinda, em Sorocaba, devem reunir-se com a Fundasp para discutir o seu Acordo Interno de Trabalho no dia 22/9. Os trabalhadores do Hospital têm a sua Convenção regida pelo Sinsaúde de Sorocaba, diferentemente dos funcionários da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde que seguem os mesmos parâmetros de São Paulo.

Com referência aos professores o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo informou que só deverá discutir o novo texto quando a Convenção Coletiva for assinada, ficando como parâmetro a CLT. As questões omissas no texto

serão discutidas caso a caso com a APROPUC. Esse encaminhamento diferiu daquele adotado em anos anteriores quando, mesmo sem a assinatura das Convenções Coletivas, a Fundasp discutia e assinava os acordos internos de docentes e funcionários.

Os sindicatos e federações de professores e funcionários voltaram a noticiar em seus sites que o final das negociações está próximo. Segundo as informações divulgadas na quarta-feira 9/9 já está garantida a manutenção de todas as cláusulas sociais por um período de dois anos, restando ainda a discussão da proposta das mantenedoras referente ao reajuste salarial.

Parcelamento previdenciário é tema de live

Na quarta-feira, 09/09, aconteceu a apresentação da professora e mestre Roberta Silva sobre o seu trabalho, fruto de sua dissertação, com o tema "Parcelamento previdenciário, ferramenta para regularização ou incentivo à inadimplências?". A live contou com a participação da Professora Regina Gadelha e Professor Joaquim Racy do NACI (Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional).

O Brasil se encontra numa problemática de previdência onde o país não tem verba e acaba sacrificando a previdência social. O governo atual tem como plano o desmonte da previdência para beneficiar os maiores devedo-

res, que são as grandes empresas.

O país apresenta um parcelamento de previdência, pelo seu histórico, de uma constante de curto prazo, por volta de dois anos, onde se cria uma expectativa nas empresas e elas não fazem recolhimento no prazo estabelecido. Roberta fez análise referente ao PERT/2017 onde os débitos relativos aos parcelamentos mostram que existem mais de 9 trilhões não pagos. Eles variam de R\$13,00 até R\$128 bilhões, que se diversificam entre grandes empresas com grandes montantes até pequenas empresas. Dentro das empresas mais devedoras estão: JBS, Uniesp S.A. e Bombril.

Serviço Social discute educação em sua aula inaugural

Na terça-feira, 08/09, no canal do youtube da TV PUC, aconteceu a aula inaugural do curso de graduação e pós graduação em Serviço Social. A palestra teve como tema "A questão da educação na atual conjuntura e os desafios da formação e do trabalho do(a) assistente social" e como convidados participaram Roberto Leher, professor e ex-reitor da UFRJ e Maria Rosângela Batis-toni professora aposentada de Serviço Social da UNIFESP.

A educação se encontra numa crise profunda, principalmente o ensino superior. O país enfrenta inúmeras crises no atual desgoverno, que inclui a

crise sanitária e política. Novos impasses foram estabelecidos diante do atual cenário, em todas as áreas, principalmente na educação. Debater é uma forma de enfrentar a atual crise.

Percebe-se que existe uma grande mudança, de forma acelerada, do senso comum da população brasileira, segundo o Professor Roberto Leher "A partir de 2015 percebemos como essas ideias foram de se capitalizando não só na pequena burguesia mas na classe média e de forma muito impactante nas áreas periféricas, por meio de uma vinculação das correntes neopentecostais." Completa o professor ao falar sobre as bandeiras levantadas pelos conservadores.

Projeto de Eduardo Bolsonaro quer criminalizar comunismo

Envolvido de forma visceral com escândalos de corrupção como a rachadinha, o deputado federal Eduardo Bolsonaro apresentou o projeto de lei 4425/2020, que prevê vedar "qualquer referência" ao comunismo e ao nazismo, como "pessoas, organizações, eventos ou datas que simbolizem o comunismo ou o nazismo nos nomes das ruas, rodovias, praças, pontes, edifícios ou instalações de espaços públicos".

A defesa envergonhada do nazismo pelos bolsonarista fez com que

o integrante da trupe fascista que se instalou no poder ataque seus adversários como forma de se auto-proteger.

Entidades e associações que lutam pela democracia no Brasil estão protestando contra essa verdadeira caça às bruxas que se revela no mínimo inconstitucional pois fere a defesa da liberdade de expressão, princípio basilar de nossa constituição. O link para votar contra a emenda é <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2261904>.

Moção de apoio a Francenilda Nogueira, perseguida política

No início do mês, a professora Francenilda Nogueira, militante do PSOL Ceará-Mirim, foi denunciada pelo Ministério Público e intimada a responder a processo na Delegacia da Polícia Civil, sob a acusação de "incitação ao crime". A denúncia é sobre um vídeo, no mês de abril, em que Francenilda se colocou em defesa dos feirantes das Cinco Bocas, que sofriam com a ação autoritária do prefeito Júlio César de fechar a Feira sob o argumento da pandemia, ao mesmo tempo em que mantinha os grandes supermercados funcionando.

No vídeo, Francenilda nada mais fez do que reivindicar, a partir das demandas apresentadas pelos trabalhadores, que o prefeito deixasse de reprimir os feirantes e garantisse o funcionamento da Feira de forma organizada, com todas as condições de biossegurança, como distanciamento entre as bancas, controle da entrada das pessoas, etc. Por isso, trata-se

de uma acusação infundada dizer que estava "incitando aglomerações" e "incitando ao crime". Com a ação do prefeito de fechar a Feira, os feirantes, em plena pandemia, tiveram que sobreviver à própria sorte e sem ter meios de vender suas mercadorias.

A denúncia de uma suposta "incitação ao crime" é nada mais do que uma perseguição política do Estado burguês contra uma militante que tem o histórico de organizar a luta dos explorados de Ceará-Mirim por suas reivindicações imediatas. A perseguição à Francenilda é um ataque ao conjunto do movimento e às liberdades democráticas de expressão e manifestação.

Por isso, APROPUC - Associação dos Professores da PUS SP manifesta total solidariedade à Francenilda Nogueira, perseguida politicamente por se colocar em defesa dos trabalhadores!

Associações lançam manifesto contra PLS 4.414/2020

Associações de defesa da criança e adolescente, bem como movimentos sociais de diversas categorias, entre eles a APROPUC, assinaram um manifesto, endereçado ao Senado brasileiro, contra a retomada do PLS 4.414/2020, que visa criar sistemática específica, com foco em redução de prazos e garantias processuais, para casos de crianças e adolescentes órfãos ou afastados da convivência familiar "em razão da pandemia ou calamidade pública".

Segundo o manifesto "Em sua justificativa, a proposta trata abertamente de seu intento em introduzir "um fluxo emergencial para a entrega mais rápida" de crianças e adolescentes em adoção, no que seria, na interpretação do proponente, uma forma de se atender ao superior interesse da criança diante da perda de seus pais biológicos ou das consequências danosas dos altos níveis de desemprego decorrentes do cenário econômico atual."

Para os signatários que afirmam que aprovar o PLS 4.414/2020 representaria a aposta mais no vírus do que na infância, "O papel do Poder Público e desta excelsa Casa de Leis só pode ser o de apoiar medidas que preservem laços familiares, por meio de investimento em políticas públicas, não apesar do contexto de fragilidade imposto pelo novo coronavírus, mas justamente por causa dele e do que ele nos mostra sobre a desigualdade social no Brasil".

Correio faz ato de greve em São Paulo

Na terça-feira, 8/09, trabalhadores dos Correios se manifestaram no bairro de Jaguare, São Paulo, contra a privatização da empresa e os ataques do governo.

O governo de Bolsonaro está atacando brutalmente a categoria, com um discurso sobre o privilégio dos funcionários públicos, o que não é verdade, já que o objetivo é destruir os direitos do trabalhador.

O serviço, que é essencial, não parou durante a pandemia e teve uma grande demanda de entregas, só no primeiro semestre. A paralisação nacional cobra a manutenção dos direitos trabalhistas conquistados pela categoria.

Os trabalhadores lutam contra redução de 40% da remuneração dos funcionários e a retirada de 70 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).